



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6830 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT17 - Filosofia da Educação

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS DE PROTÁGORAS
Rodrigo Silva Rosal de Araújo - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS DE PROTÁGORAS
1 INTRODUÇÃO

Muito se discute atualmente a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas contribuições para o desenvolvimento do indivíduo, por se constituir “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7).

Na primeira e segunda versão do documento, os “professores e professoras indicados pelo Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e pela Undime (União Nacional dos Dirigentes de Educação), e profissionais de 35 universidades” (NEIRA et al., 2016, p. 35) discutiram e sistematizaram as propostas nele expressas a partir de vertentes contemporâneas. Porém, após o golpe em 2016, com a instituição de “uma nova bancada neoliberal conservadora de especialistas na elaboração do documento” (SENA; RODRIGUES, 2019), seus formuladores o transformam em um “verdadeiro currículo único e mínimo, abdicando do processo de conhecimento criativo, pautado na autonomia escolar e no respeito à diversidade do povo brasileiro” (CNTE, 2015, p. 412).

Ainda assim, o documento homologado em 2017 apresenta uma política de educação integral para a construção pessoal, cidadã, política, dos/das alunos/as no decorrer dos anos letivos. Logo, precisa ser debatida, questionada, refletida – e os pressupostos filosóficos ajudam-nos neste percurso.

Dentre várias possibilidades e perspectivas de alinhamento da discussão da BNCC com marcadores filosóficos, elegemos a proposta formativa colhida nas cercanias da cultura grega antiga, mais especificamente aquela desenvolvida pelo movimento sofista, no qual destaca-se o sofista Protágoras. Na sua concepção, retirada para nosso estudo do diálogo platônico intitulado Protágoras, a formação do homem (enquanto ser humano) integral não se resume a uma área específica, mas abarca os

saberes que o compõem, os quais propiciam uma formação do ser humano ampla e complexa, tornando-a quase inatingível na medida em que surgiu o interesse de encontrá-la.

Mediante estas perspectivas as questões da pesquisa consistiram em compreender como a Base Nacional Comum Curricular define a formação integral dos

alunos? Como as propostas do documento contribuem com esta formação? Quais as possíveis semelhanças com os ensinamentos do sofista Protágoras?

A partir desses questionamentos, o objetivo geral consistiu em analisar a proposta de educação integral da Base Nacional Comum Curricular para a formação dos(as) alunos(as) a partir das contribuições filosóficas de Protágoras.

O interesse nessa temática surgiu com a exposição do Diálogo Protágoras no componente curricular: Filosofia da Educação, no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – Campus I, sob a regência do professor Rodrigo rodri. A aula propiciou a compreensão de que o nosso ser é construído a partir das interações educativas, ou seja, aprendemos mutuamente uns com os outros, sendo a interação essencial no processo de desenvolvimento das aprendizagens, por isso o currículo educacional não pode ser dissociado da sociedade. Metodologicamente, a proposta de estudo trata-se de uma abordagem exploratória de caráter bibliográfico. Segundo Gonsalves (2003), a abordagem qualitativa é caracterizada como aquela que analisa, interpreta, discute os dados da realidade, de modo que possibilite estabelecer relações entre sujeitos e objeto da pesquisa. Alinhada a natureza exploratória busca-se compreender de forma flexível e como uma visão mais ampliada (Gil, 2010, p.27) o fenômeno avaliativo adotado. Neste trabalho, essas escolhas facilitaram o entendimento sobre os processos educativos da época e na atualidade, tendo em vista as possíveis semelhanças entre eles.

Com vista a uma melhor sistematização, o trabalho está estruturado em duas partes. Esta primeira caracteriza-se como introdutória; e a segunda aborda os resultados dos achados do trabalho; e, por fim, as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

Considerando o contexto histórico e político da Educação no Brasil, compreende-se que as lutas por uma educação de qualidade e significativa para todos(as) não é algo recente.

Destaca-se um grande avanço em relação as discussões e homologações de documentos políticos, que visam assegurar o direito e melhoria da educação do País, desde o movimento dos pioneiros da educação, a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), dentre outros.

Em 2015, as discussões no campo educacional orientaram a necessidade e sistematização da Base Nacional Comum Curricular. Contudo, a política neoconservadora instituída após o impeachment da Presidenta Dilma Rouseff, direcionou o documento as necessidades do mercado, tornando-o um instrumento de manutenção do poder estabelecido, dissolvendo “os esforços de consolidação e de maturação do Estado Democrático de Direito” (ANPED, 2013, p. 1) – daí a necessidade de refletir sobre a proposta de educação integral as escolas públicas e privadas do país. A proposta de educação integral do documento é fundamentada no desenvolvimento do ser humano em suas “dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica” (BRASIL, 2017, p. 16). Aponta a necessidade de desenvolvimento de “aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes” (BRASIL, 2017, p.14), considerando “as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir” (BRASIL, 2017, p. 14).

Diante disso, compreende-se que a concepção de educação integral de modo conceitual, a partir desse documento, não se resume a ampliação da jornada escolar, mas tem como premissa um pensamento mais amplo que visa contribuir na “formação humana integral e na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p. 7). Nesse sentido, independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida refere-se à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. (BRASIL, 2018, p.14)

No pensamento de Guará (2006) um processo educativo que se baseia de forma “integral” trabalharia com a premissa de uma educação que visaria à formação e o desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo informacional. Ou seja, um ensino

que proporcione a integralidade do ser não deve está fundamentado, apenas, no aumento da carga horária de aulas, em métodos totalmente conteudistas, em práticas de ensino tradicional; mas em uma formação do indivíduo íntegro, virtuoso, social, político, moral e ético.

Dada a perspectiva multidimensional da educação integral, pode-se também relacioná-la a construção da virtude¹ do indivíduo. Fazendo uma referência aos pressupostos filosóficos apresentados no Diálogo Protágoras – que acontece por meio da disposição de Sócrates em levar o jovem Hipócrates e o apresentar a Protágoras, onde se inicia entre os dois um debate sobre algumas questões, entre uma delas o da virtude, que para Sócrates não pode ser ensinada – explicita-se que para Protágoras a virtude pode ser ensinada tanto no particular quanto na vida pública (325b-c), podendo contribuir no desenvolvimento de um bom cidadão ou cidadã, e de sua cidade. Ele entendia que a virtude é essencial para construção do ser, pois traz contribuições para o crescimento pessoal.

Desde 2019, a BNCC pretende ter uma grande influência no alcance da virtude nos alunos, por apresentar uma política de educação integral e uma política de currículo a ser seguida nas escolas do país, ao estabelecer competências, habilidades, áreas do conhecimento, campo de experiência, componente curricular, direito e objetivo de aprendizagem.

Além do que fora dito, o sofista compreendia que o saber edifica o ser, pois ajuda a encontrar sua própria medida e a alcançar seus objetivos. Dessa forma “Protágoras reconhece a necessidade do suporte educacional desde criança” (ARAÚJO; CLEMENTINO, 2017, p.88), antes mesmo de encaminhá-la a escola, melhorando por si mesmo o seu saber na medida toma consciência da realidade em que está inserida.

1 O estudo sobre a virtude se estende a várias vertentes, não se resume em um só significado, e está relacionada à moral de um ser, prática do bem ou até mesmo a uma atitude ética e intelectual que nasce muitas vezes a partir da aprendizagem e da educação.

Etimologicamente, a virtude, de acordo com dicionários ou em outras fontes de pesquisas remete a origem grega que expressa o conceito grego de excelência, ligado à noção de cumprimento de tarefas, funções a que o indivíduo desenvolva com perfeição ou até mesmo a própria virtude em outra pessoa.

De maneira explicativa, destaca-se que na concepção de Protágoras o interlocutor gera o seu próprio processo de aprendizagem na medida em que desenvolve a virtude e a aplica. Para tanto, o homem precisa questionar as metas de sua formação. Essas perspectivas possuem similitude com a concepção de educação integral da base, porém o alcance desta com “a extinção da obrigatoriedade das disciplinas de sociologia, filosofia, artes e educação física do currículo, além da possibilidade que qualquer profissional não licenciado possa exercer o magistério” (ANPED, 2017) – torna-se longínqua, apresentando-se, assim, uma contradição no texto do documento.

Logo, na perspectiva de Protágoras, para que a sociedade se torne de fato, justa, democrática e inclusiva, precisa-se relacionar com as políticas, de modo que tornem as pessoas melhores, tanto no agir como no falar (318-319^a). Para tanto, os textos políticos, neste caso, a BNCC, deveria estar fundamenta em uma política de qualidade social, de valorização da diversidade, não “cedendo voz ao projeto unificador e mercadológico na direção que apontam as tendências internacionais de uniformização/centralização curricular” (ANPED, 2017, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como principais reflexões, nossa pesquisa apresenta a educação integral como um conjunto de iniciativas educacionais que não se resume a ampliação da jornada escolar, mas tem como premissa o desenvolvimento multidimensional dos(as) estudantes; e alguns pressupostos filosóficos de Protágoras sobre a educação integral e sua relação com as propostas contidas na Base Nacional Comum Curricular. Destacamos que promover o desenvolvimento integral implica possibilitar aos estudantes experiências educativas diversificadas. Protágoras evidencia a participação ativas dos indivíduos como fator indispensável nesta construção. Mesmo o texto da BNCC ratificando tal perspectiva, compreendemos que as determinações do documento per si não propicia a formação íntegra do ser, por estarem alinhadas as

necessidades do mercado, de seus formuladores. Sendo assim, defendemos que os profissionais da educação, devem, por meio de suas interpretações, resistências, contextualizar o que há expresso na Base Nacional Comum Curricular, para que a formação multidimensional ocorra de maneira significativa e crítica.

REFERÊNCIAS

- ANPED. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Notas-manifesto do GT17 Filosofia da Educação e dxs filósofos da educação brasileira. 2013. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/notas_para_um_manifesto_-_gt_filosofia_da_educacao_-_anped.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- ANPED. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2017a. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bncc_versao_final.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- ARAÚJO, R. S. R.; CLEMENTINO, V. F. L. Sócrates e Protágoras: parceria didática para formação humana. *Revista Educare*, João Pessoa, v. 1. n 1. p. 81-100, jan./jun. 2017.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Considerações da CNTE sobre o Projeto de Base Nacional Comum Curricular, elaborado preliminarmente pelo MEC. Dossiê: Base Nacional Comum: projetos curriculares em disputa. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, p. 411-420, jul./dez. 2015.
- GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONSALVES, E. P. Conversando sobre iniciação a pesquisa científica. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.
- GUARÁ, I. M. F. R. “É imprescindível educar integralmente”. In: *Educação integral*. Cadernos Cenpec, São Paulo, no 2, p. 15-24, segundo semestre de 2006.
- NEIRA, M. G.; JÚNIOR W. A.; ALMEIDA, D. F. de. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, n. 41, p. 31-44, set./dez. 2016.
- PLATÃO. Protágoras. Trad., introdução e notas de Ana da Piedade Elias Pinheiro. Lisboa: Relógio D'Água, 1999. Disponível em: <https://www.academia.edu/38668962/Di%C3%A1logos_de_Plat%C3%A3o_PROT%C3%81C>. Acesso em: 04 maio. 2019.
- SENA, A. K. C.; RODRIGUES, A. C. S. POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A REORGANIZAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPB. In: *Encontro de Iniciação Científica*. João Pessoa, 2019, p. 1-23.
- ANPED. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Notas-manifesto do GT17 Filosofia da Educação e dxs filósofos da educação brasileira. 2013. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/notas_para_um_manifesto_-_gt_filosofia_da_educacao_-_anped.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- ANPED. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2017a. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bncc_versao_final.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- ARAÚJO, R. S. R.; CLEMENTINO, V. F. L. Sócrates e Protágoras: parceria didática para formação humana. *Revista Educare*, João Pessoa, v. 1. n 1. p. 81-100, jan./jun. 2017.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>.

Acesso em: 17 jun. 2020.

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Considerações da CNTE sobre o Projeto de Base Nacional Comum Curricular, elaborado preliminarmente pelo MEC. Dossiê: Base Nacional Comum: projetos curriculares em disputa. Retratos da Escola, Brasília, v. 9, p. 411-420, jul./dez. 2015.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONSALVES, E. P. Conversando sobre iniciação a pesquisa científica. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

GUARÁ, I. M. F. R. “É imprescindível educar integralmente”. In: Educação integral. Cadernos Cenpec, São Paulo, no 2, p. 15-24, segundo semestre de 2006.

NEIRA, M. G.; JÚNIOR W. A.; ALMEIDA, D. F. de. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. EccoS Revista Científica, São Paulo, n. 41, p. 31-44, set./dez. 2016.

PLATÃO. Protágoras. Trad., introdução e notas de Ana da Piedade Elias Pinheiro. Lisboa: Relógio D'Água, 1999. Disponível em:

<https://www.academia.edu/38668962/Di%C3%A1logos_de_Plat%C3%A3o_PROT%C3%81C>

Acesso em: 04 maio. 2019.

SENA, A. K. C.; RODRIGUES, A. C. S. POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A REORGANIZAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPB. In: Encontro de Iniciação Científica. João Pessoa, 2019, p. 1-23.